



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

CONTRATO Nº 05/2018 – CASAL
CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA
DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL E
A EMPRESA AVB ENGENHARIA E
EMPREENDIMENTOS LTDA.

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO:

I) **CONTRATANTE:** COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada À Secretaria de Estado de Infraestrutura, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, portadora da Inscrição Estadual nº 24.008.146-3, neste ato representada por seu Diretor Presidente **WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72, RG nº 153.218-SSP/AL, e pelo Vice-Presidente de Gestão de Engenharia **OSMAR LISBOA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 101.616.864-00, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) **CONTRATADA:** AVB ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, estabelecida na Rua Manoel de Queiroz de Lima, nº 43 A, sala 06, bairro Centro, Bonito/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.953.015/0001-04, representada por **ANTÔNIO VALTER BARROS JÚNIOR**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 052.633.774-52, engenheiro civil, residente e domiciliado na Avenida Bernardo Vieira de Melo, nº 1054, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE.

III) **FUNDAMENTO LEGAL DA ADJUDICAÇÃO:** A presente adjudicação decorre da licitação na modalidade de Concorrência nº 10/2017 – CASAL, devidamente homologado pelo Senhor Diretor Presidente da CASAL, tudo conforme consta no Processo Administrativo Protocolo nº 9.345/2017 - CASAL, C.I. nº 39/2017 – CTE/UNFA, S.C. de nº 19.259 e nº 19.260, em estrita observância à Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, obrigando as partes de acordo com as CLÁUSULAS e condições a seguir expressas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de empresa de engenharia civil especializada, para execução dos serviços de substituição de rede de distribuição de água, em trecho contínuo na Avenida Fernandes Lima, Maceió – Alagoas, mediante condições contidas no Projeto Básico, anexo a este Edital e na Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1.2 Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Processo Administrativo nº 9345/2017 e seus anexos;
- b) Proposta comercial da CONTRATADA.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOS RECURSOS: Presente contrato tem seu valor total estimado em R\$ 1.180.384,57 (um milhão, cento e oitenta mil, trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

2.1 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do contrato.

2.2 Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos, requeridos para execução dos serviços objeto deste instrumento.

2.3 As despesas decorrentes deste contrato terão a seguinte classificação orçamentária:

- a) UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 132.200 – UNIDADE DE NEGÓCIO DO FAROL
- b) GRUPO DE DESPESAS: 600.000 – ABASTECIMENTO ÁGUA/ESGOTO SANITÁRIO
- c) RUBRICA: 616.612 – AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: Avenida Fernandes Lima, bairro do Farol, Maceió – Alagoas.

3.1 Descrição e detalhamento quanto a localidade da prestação dos serviços, encontram-se contidas no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

Antonio Valter Barros Júnior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de JURISUJUR
CASAL Nº 2081



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: O conjunto das especificações contidas no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição, procura contemplar todas as situações que devem ocorrer quando da execução dos serviços. Caso surjam condições muito específicas não abordadas deve-se, preferencialmente, seguir as recomendações estabelecidas pela Legislação Brasileira, ou ainda, as próprias da CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – SERVIÇOS PROPOSTOS: Todos os serviços deverão ser executados dentro das normas e padrões da construção civil, com acompanhamento de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Para que sejam atendidas as solicitações supracitadas são propostos alguns serviços especializados de engenharia. A planilha abaixo apresenta a descrição sucinta dos serviços. Todos os serviços deverão ser executados dentro das normas e padrões da construção civil, com acompanhamento de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

	SERVIÇOS	UNID	QNTD
1	INSTALAÇÃO DA OBRA		
1.1	Mobilização da obra	%	5
2	SERVIÇOS		
2.1	Locação de eixo da vala	m	4800
2.2	Sinalização sem iluminação	m	9600
2.3	Retirada e reposição de pavimento na calçada	m ²	2462,60
2.4	Retirada e reposição de pavimento em asfalto	m ²	289,80
2.5	Fornecimento e aplicação de brita corrida	m ³	33,48
2.6	Escavação mecanizada de valas	m ³	2768
2.7	Reaterro apiloado manualmente	m ³	2147,65
2.8	Colchão de areia	m ³	394,50
2.9	Carga e descarga de tubos de PVC DeFºFº DN 200mm	m	2500
2.10	Assentamento de tubos PVC DeFºFº DN 200 mm	m	2500
2.11	Carga e descarga de tubos de PVC DeFºFº DN 300mm	m	2300
2.12	Assentamento de tubos PVC DeFºFº DN 300mm	m	2300
2.13	Assentamento de cruzeta PVC DeFºFº DN 200mm	und	1
2.14	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFºFº DN 200mm	und	2
2.15	Assentamento de Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	und	1
2.16	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFºFº DN 250mm	und	1
2.17	Assentamento de Curva 90º PVC DeFºFº DN 200mm	und	2
2.18	Assentamento de Redução concêntrica PVC DeFºFº DN 250x200mm	und	1
2.19	Assentamento de Cap PVC PBA DN 75mm	und	2
2.20	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFºFº DN 200x75mm	und	1
2.21	Cadastro e teste de rede	m	4800
2.22	Interligação com rede existente	und	200
2.23	Placa de obra em chapa de aço galvanizado, instalada, com 2,00x3,00m	m ²	6
2.24	Bota fora	m ³	1173,95
3	MATERIAIS		
3.1	Tubos PVC DeFºFº DN 200mm	m	2500
3.2	Tubos PVC DeFºFº DN 300mm	m	2300
3.3	Cruzeta PVC DeFºFº DN 200mm	und	1
3.4	Tê com bolsas PVC DeFºFº DN 200mm	und	2
3.5	Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	und	1
3.6	Tê com bolsas PVC DeFºFº DN 250mm	und	1
3.7	Curva 90º PVC DeFºFº DN 200mm	und	2
3.8	Redução concêntrica PVC DeFºFº DN 250x200mm	und	1

CONTRATO Nº 001/2016 (U.A.)

Antonio Valter Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJURISUJUR
OAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

3.9	Cap PVC PBA DN 75mm	und	2
3.10	Tê redutor com bolsas PVC DeFºFº 200x75mm	und	1

6. CLÁUSULA SEXTA – DO MATERIAL: As presentes especificações têm por objetivo fixar as exigências mínimas da qualidade dos MATERIAIS empregados na obra.

6.1. Todos os MATERIAIS necessários a completar a execução dos serviços serão fornecidos pela EMPREITEIRA, de acordo com o estabelecido no projeto básico e nos anexos ao edital de concorrência nº10/2017, com cronograma físico de entrega que garanta o bom andamento da obra.

6.2 Os MATERIAIS fornecidos deverão ser novos, e de qualidade, modelo, marca e tipo aprovado pela FISCALIZAÇÃO, obedecendo a estas especificações e/ou normas e métodos da ABNT. Em caso de inexistência de Norma Brasileira, ficará a critério da FISCALIZAÇÃO a indicação de normas ou especificações a serem cumpridas.

6.3 Os MATERIAIS deverão ser submetidos a exame e aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO, à qual caberá impugnar o seu emprego, se não forem atendidas as condições exigidas nas presentes especificações.

Cada material será caracterizado por uma amostra, convenientemente autenticada pela FISCALIZAÇÃO, e servirá de referência para aceitação de outros fornecimentos.

O material ou equipamento que, por qualquer motivo for recusado pela FISCALIZAÇÃO deverá dentro de 72 horas, ser retirado e substituído pela EMPREITEIRA sem ônus adicional.

6.4 Outras exigências quanto ao material, bem como a relação, consta do Projeto Básico, parte integrante deste contrato, independente de sua transcrição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Todos os serviços deverão ser executados dentro das normas e padrões da construção civil, com acompanhamento de profissional habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

7.1. A descrição dos serviços a serem executados, os materiais e demais critérios para sua execução, encontram-se no Projeto Básico, parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

8. CLÁUSULA OITAVA - FECHAMENTOS DE VIAS E ACESSOS: As vias de acesso fechadas ao trânsito deverão ser protegidas com barreiras e com a devida sinalização e indicação de desvio, devendo, durante a noite, ser iluminadas e em casos especiais, deverão ser postados vigias ou sinaleiros, devidamente equipados.

8.1. Nos cruzamentos ou em outros locais onde não for possível utilizar desvio, o serviço deverá ser efetuado por etapas, de modo a não bloquear o trânsito.

8.2. Os serviços deverão ser executados sem interrupção, até a liberação da área, podendo ser programados para fins de semana ou para os horários de menor movimento.

9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

9.1 O prazo de execução do serviço é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço emitida pela CASAL.

9.2 O contrato pode ser prorrogado caso os serviços ora contratados não sejam concluídos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E DO REAJUSTE: O contrato pode ter acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. (§1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993).

10.1 Os preços contratados são fixos e irremovíveis durante o período de vigência do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO: O valor da Nota Fiscal Fatura deverá corresponder aos serviços executados durante o período do contrato, conforme o quantitativo apurado pelo gestor do contrato e Cronograma Físico e Financeiro, Anexo II deste Contrato.

11.1 O pagamento será procedido após apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo gestor do contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

11.2 A CONTRATADA quando do faturamento deverá apresentar, ao gestor do contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

CONTRATO 08/2017 (L.A.)

6

Antonio Valter Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gestor de GEJUR/SUJUR
CAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- c) Certidão Negativa atualizada de Débito junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.3. A não apresentação dos documentos acima elencados, ao gestor do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão deste contrato.

11.4. Nenhum pagamento será feito sem que a CONTRATADA tenha recolhido o valor da multa eventualmente aplicada.

11.5. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para pagamento da obrigação. Havendo erro na Nota Fiscal a mesma será devolvida à CONTRATADA.

11.6. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

11.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA: Banco: Santander, Agência:4016, C/C: .13002305-1.

11.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido no PARÁGRAFO PRIMEIRO, o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA: A Ordem de Serviço para dar início aos trabalhos ora contratados, só será assinada após entrega, por parte do licitante contratado, de Garantia no valor que corresponda a 5%(cinco por cento) do valor do contrato.

12.1. A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades de Garantia, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/1993:

- a) Dinheiro
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

12.1. Na hipótese de prorrogação do contrato, a garantia deve ser atualizada para o valor do contrato.

12.2. A garantia será devolvida ao final do contrato e sendo que a garantia em dinheiro, esta será corrigida pela TR.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MÃO DE OBRA: A mão-de-obra necessária à execução dos serviços será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a quem compete arcar com as despesas decorrentes dos impostos, taxas, salários, encargos sociais e trabalhistas e o seguro do pessoal utilizado nos serviços aqui contratados.

13.1 Todas as obrigações ou encargos previstos na Legislação Trabalhista e da Previdência Social deverão ser providenciados e pagos pela CONTRATADA, incluindo licenças, taxas, impostas, seguras etc. Igualmente, os registros no CREA-AL e na Prefeitura Municipal, e/ou quaisquer outros órgãos do Estado, Município, ou quaisquer outros que se fizerem necessários à normalização da construção, serão obrigação da CONTRATADA.

13.2. A CONTRATADA se compromete a somente utilizar nos serviços deste contrato, pessoal amparado pela Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor.

13.3. A direção geral dos serviços caberá ao profissional habilitado, na forma da Legislação vigente.

13.4. Os profissionais utilizados na execução dos serviços devem possuir experiência, idoneidade moral e técnica, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos sobre os serviços às pessoas credenciadas pela CASAL.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CADASTRO DA OBRA: Após a conclusão da obra a CONTRATADA deverá fornecer o respectivo cadastro técnico, retratando, fielmente, como foi construída a obra, seguindo padrão de cadastro técnico da CASAL. O cadastro de todas as unidades da obra, inclusive a rede coletora de esgoto e/ou rede de distribuição de água, se houver, deverá ser georeferenciado utilizando coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator) e entregue em três vias no formato DXF impressa e em CD-ROM.

Os desenhos técnicos serão elaboradas na escala de 1:2000 (um para dois mil). Poderá no caso de pequenas redes, comunidades, loteamentos, conjuntos habitacionais, etc., serem desenhadas na escala 1:1000 (um para

Antonio Vaiter Barros Júnior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Cedente de GEJURISUJUR
DABIAL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

mil) ou 1:500 (um para quinhentos) a depender da magnitude da área, indicando-se as unidades do sistema, trechos projetados, a remanejar e a manter, com seus diâmetros, comprimentos e materiais, número dos nós, denominação das vias públicas, etc.; Os desenhos técnicos devem ter no máximo o formato A-1 (594 x 841) mm, obedecendo sempre as dimensões prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do contrato será exercida pelo funcionário Jair James Costa Junior, mat. 2478, Coordenador Técnico da Unidade de Negócio Farol, denominado FISCAL. Telefone: (82) 3315-3147/ (82) 98883-7650. E-mail: jair.costa@casal.al.gov.br.

15.1 O fiscal possui funções específicas para melhor desenvolver seu trabalho sendo necessário atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação de modo que seja responsável pela execução de atividades e/ou pela vigilância e garantia da regularidade e adequação dos serviços;
- b) O fiscal deverá conhecer o projeto básico/executivo, fundamental para vigiar/sindicar/atestar toda a atividade exercida, que é parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, que vai permitir ao fiscal constatar se o objeto está sendo executado conforme o contratado, ou se for o caso, exigir a correta execução;
- d) Conhecer e reunir-se com o preposto da CONTRATADA com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- e) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas;
- f) Comunicar ao gestor do contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- g) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material ou serviço diverso daquele que se encontra especificado no Projeto Básico e no contrato;
- h) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela CONTRATADA.

15.2. Serão realizadas fiscalizações diárias por técnicos da CASAL visando acompanhar os serviços a serem executados pela CONTRATADA e observar se as atividades estão sendo desempenhadas de modo satisfatório.

15.3. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução dos serviços, aplicando as penalidades previstas, quando não atendidas as respectivas disposições contratuais.

15.4. Os serviços executados e não aprovados pela fiscalização deverão obrigatoriamente ser refeitos sem qualquer ônus para a CASAL.

15.5. Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao(s) engenheiro(s) condutor(es) da Supervisão do serviço serão consideradas como se fossem dirigidas a CONTRATADA; de mesmo modo, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo(s) referido(s) engenheiro(s), ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA.

15.6. Ficam reservados a FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso, omissivo, não previsto no contrato, nas Especificações, no Projeto Básico, no Projeto Executivo e em tudo o mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com a obra em questão e seus complementos.

15.7. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente por motivo técnico, de segurança, disciplinar ou outros. Em todos os casos, os serviços só poderão ser reiniciados por outra ordem da FISCALIZAÇÃO.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO: A gestão do contrato será exercida pelo funcionário Paulo Piramar Dantas Correia, mat. 1635, Gerente da Unidade de Negócio Farol, denominado GESTOR. Telefone: (82) 3315-3157; (82) 98883-7588. E-mail: paulo.piramar@casal.al.gov.br

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

Antonio Vaiter Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
OAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

As atribuições do gestor de contrato são as seguintes:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida integral ou parceladamente;
- c) Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) Atestar as notas fiscais, encaminhando à unidade competente para pagamento;
- e) Comunicar à unidade competente, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a CONTRATADA;
- f) Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;
- g) Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro;
- h) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;
- i) Encaminhar à autoridade competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela CONTRATADA.

16.1 Outras atribuições previstas em Lei e na Norma Interna de gestão de contratos da CASAL, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de sua transcrição.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: O recebimento provisório e definitivo da Obra será realizado conforme norma de recebimento de obras e serviços de engenharia, RD 001/2016 de 19/01/2016, atendendo também ao que prescreve o art. 73 da Lei nº 8.666/1993.

17.1. As obras e serviços de engenharia serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante Relatório Final da Obra (Anexo III da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016), assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, conforme alínea a, do inciso primeiro do art.73 da Lei nº 8.666/93.

17.2. As obras e serviços de engenharia serão recebidos definitivamente, pela Comissão de Recebimento de Obras e Serviços de Saneamento - CROSS, até o prazo máximo de observação ou vistoria de 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais devidamente justificados, conforme § 3º do art. 73 da Lei 8.666/1993; Mediante elaboração do Relatório Técnico para o Recebimento de Obra/Serviço para Operacionalização dos Sistemas (Anexo II da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016).

17.3. Deverão ser observados os requisitos e critérios para o recebimento dos sistemas pela CASAL (período de operação compartilhada), onde para sistemas de abastecimento de água o período será de 90 (noventa) dias. Este período poderá ser excepcionalmente prorrogado desde que devidamente justificado.

17.4. Para o recebimento da obra deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) Solicitar o Recebimento do Sistema;
- b) Tomar ciência da documentação necessária ao Recebimento do Sistema (Anexo IV da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016);
- c) Providenciar a complementação/correção da documentação, se for o caso, e conforme orientação da SUNECSUNEI;
- d) Obedecer à todas as cláusulas do Termo de Compromisso de Operação Compartilhada (Anexo VI da Resolução de Diretoria nº 001/2016 de 19/01/2016);
- e) Emitir Termo de Entrega do Sistema para a CASAL.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A CONTRATADA tem a obrigação de manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de compatibilidade de habilitação e qualificação exigidas na licitação e por ele assumidas.

18.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

18.2. Substituir o material/equipamento fornecido e/ou refazer o serviço em desacordo com as características e especificações exigidas, sem ônus para a CONTRATANTE.

CONTRATO Nº 001/2016

Antonio Carlos Durães Júnior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
CAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

18.3. Sujeitar-se a fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando o fiel desempenho das atividades.

18.4. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente ao serviço que será executado, contendo na mesma todos os dados referentes ao contrato.

18.5. A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato a Licença Ambiental e registro da obra no município no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

18.6. Todos os estudos necessários para a obtenção das licenças são de responsabilidade da CONTRATADA.

18.7. Toda e qualquer modificação introduzida nos projetos, detalhes, especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, e prévio conhecimento do autor do Projeto Técnico de Engenharia.

18.8. Em qualquer caso de discrepância nos números, cotas, desenhos ou especificações, o assunto deverá imediatamente ser submetido ao(s) Autor(es) do(s) Projeto(s), ouvida, anteriormente, a FISCALIZAÇÃO.

18.9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer danos e / ou avarias em decorrência da execução da obra, causados a serviços já realizados na própria obra bem como terrenos e/ou prédios vizinhos e /ou terceiros, e/ou a veículos.

18.9. A CONTRATADA envidará todos os esforços no sentido de não perturbar a vizinhança com poeiras, odores ou ruídos excessivos, principalmente em função das características dos diversos edifícios hospitalares próximos à construção.

18.10. Em caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este documento, com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas pela FISCALIZAÇÃO, ou, de modo geral com as regras da arte e técnica de construir, poderá, além das sanções previstas no contrato, solicitar a demolição e reconstrução total ou parcial dos trabalhos defeituosos o que será realizado às expensas da CONTRATADA.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Fornecer à CONTRATADA os Procedimentos, Normas, Padrões e Especificações necessários à correta execução dos serviços.
- b) Fornecer os desenhos técnicos em meio digital (CD) através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, mediante solicitação da licitante e critérios determinados pela mesma comissão.
- c) Esclarecer toda e qualquer dúvida com referência à execução dos serviços, de imediato, se possível, quando solicitado verbalmente, ou no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quando oficializado por escrito.
- d) Comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, para os devidos ajustes, qualquer alteração desde que esta não implique em aumento de custos para a CONTRATADA.
- e) Intervir junto a outros órgãos, a fim de agilizar as autoridades dos serviços, caso estas sejam necessárias.
- f) Emitir o Boletim de Medição dos serviços executados mensalmente, efetuando o pagamento dos mesmos até o 30º (trigésimo) dia útil subsequente à conformação das Notas Fiscais.
- g) Abrir o “Livro de Ocorrências” e registrar todos os fatos relevantes acontecidos durante a vigência do contrato, principalmente aqueles que prejudiquem direta ou indiretamente a qualidade e a efetividade dos serviços.

19.1. Outras obrigações inerentes a CONTRATANTE, previstas em lei e nas normas internas da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO: A CONTRATADA deverá obedecer às normas regulamentadoras sobre Segurança e Medicina do trabalho a seguir especificadas:

- a) NR 6 – Equipamento de proteção individual – EPI.
- b) A empresa CONTRATADA deve fornecer os EPI's de acordo com o cargo de cada trabalhador e conforme orientação do SESMT da própria empresa.
- c) NR 7 – Programa de controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

20.1. Para isso, a CONTRATADA deverá cumprir fielmente o estabelecido na legislação nacional no que concerne à segurança, bem como obedecer a todas as normas apropriadas e específicas para a segurança de cada tipo de serviço.

CONTRATANTE: GEJUR/SUJUR

6

Antonio Vaiter Barros Junior
Engº Civil

CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
CAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

20.2. Concerne à EMPREITEIRA o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) a todo seu quadro de pessoal de acordo com o exigido pelas normas técnicas - a depender do serviço a ser executado.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SINALIZAÇÃO: A CONTRATADA deverá sinalizar com equipamento adequado, os locais de execução dos serviços, conforme a exigência do Código Nacional de Trânsito e Norma Interna da CASAL.

21.1. Os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC devem ser utilizados pela CONTRATADA, como a sinalização na rua (cones, fitas zebreadas e placas de sinalização).

21.2. Os locais de trabalho devem ser analisados com antecedência pela gerência de Segurança e Medicina do trabalho, para que seja feita a análise do ambiente de trabalho e, se possível, a eliminação do risco. Os serviços só devem começar quando devidamente autorizado pelo responsável.

21.3. Todo o equipamento de proteção deve estar disponível antes do início dos serviços.

21.4. Em todo o perímetro dos serviços, será executada a sinalização da obra com: cerca para isolamento de área através de rede de sinalização de polietileno de alta densidade; Cones delimitadores de tráfego refletivos; e placas indicativas, sem instalações de iluminação.

Qualquer acidente ou problema decorrente de falta de sinalização adequada será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que arcará com todos e quaisquer ônus devido.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO CONTROLE AMBIENTAL: A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades quanto a acidentes ambientais provocados por falhas em seus equipamentos ou pela desatenção das equipes de trabalho.

22.1. Manter os equipamentos atendendo aos limites de controle ambiental quanto à poluição sonora, em estrita observância aos padrões aplicáveis (municipais, estaduais e federais), sob pena de imediata substituição dos mesmos. Em particular, deverá ser dada importância especial ao controle de emissão de fumaça negra pelos veículos, devendo atender as prescrições do CONAMA, e aos limites estabelecidos na legislação vigente.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES: A Administração poderá, pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa e o contraditório no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções a CONTRATANTE.

23.1 . ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços;

23.2 . MULTA de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura mensal, limitada, por sua vez de incidência, a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

23.4 . IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

23.4 . Na hipótese de a proponente incorrer em multa, esta deverá ser paga dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação ou do não acolhimento da defesa, sob pena de a CASAL descontar o respectivo valor nos pagamentos vincendo.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididos pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e demais regulamentos e normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante deste contrato independentemente de suas transcrições.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA RESCISÃO: Este contrato poderá ser rescindido, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, a critério da Diretoria da CASAL, sem que a CONTRATADA, tenha direito a qualquer indenização, salvo o pagamento dos serviços que estiverem regulares e efetivamente executados, ocorrendo quaisquer das seguintes hipóteses:

- a) Infringência de qualquer CLÁUSULA deste contrato;
- b) Em caso de falência ou concordata da CONTRATADA;
- c) Se este contrato for cedido ou transferido no todo ou em parte, sem previa autorização escrita da CASAL.
- d) O desatendimento total ou parcial de normas de segurança e medicina do trabalho.
- e) O presente contrato poderá ser rescindido também por acordo mútuo ou conveniência da CASAL.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

6

Antonio Valtter Barros Júnior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
OAB/AL Nº 2051

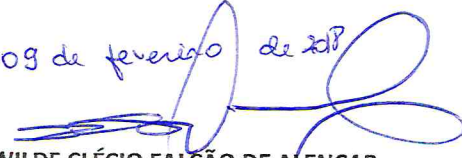


ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS



26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO: As partes elegem o Foro da Cidade de Maceió/AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

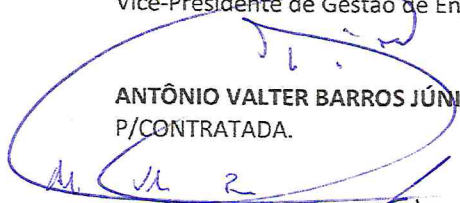
Maceió, 09 de fevereiro de 2018

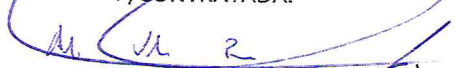

WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR
Diretor Presidente/CASAL.


TESTEMUNHAS:


OSMAR LISBOA
Vice-Presidente de Gestão de Engenharia.


ANTÔNIO VALTER BARROS JÚNIOR
P/CONTRATADA.


Antônio Valter Barros Júnior
Engº Civil
CREA-PE 38.457


EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
OAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ANEXO I
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
AO CONTRATO Nº 05/2018

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA						
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	P. UNIT	P. TOTAL
I		INSTALAÇÃO DA OBRA				
1.1		Mobilização da Obra	%	5,00	1.124.176,73	56.208,84
Sub Total I						56.208,84
II		SERVIÇOS				
2.1	73610/SINAPI	Locação de eixo p/ rede de água	m	4800,00	1,39	6.672,00
2.2	5158/ORSE	Sinalização sem iluminação	m	9600,00	1,21	11.616,00
2.3	16/ORSE+94993/SINAPI	Retirada e reposição de pavimento na calçada	m ²	2462,60	33,48	82.447,85
2.4	15/ORSE+2600/ORSE	Retirada e reposição de pavimento em asfalto	m ²	289,80	52,20	15.127,56
2.5	73711/SINAPI	Fornecimento e aplicação de brita corrida	m ³	33,48	115,83	3.877,99
2.6	90106/SINAPI	Escavação mecanizada de valas	m ³	2768,00	5,97	16.524,96
2.7	69/ORSE	Reaterro apiloado manualmente	m ³	2147,65	7,41	15.914,09
2.8	3212/ORSE	Colchão de areia	m ³	394,50	54,00	21.303,00
2.9	6103/ORSE	Carga e descarga de tubo PVC DeFoFo DN 200mm	m	2500,00	0,89	2.225,00
2.10	5302/ORSE	Assentamento de tubos PVC DeFoFo DN 200mm	m	2500,00	5,13	12.825,00
2.11	6105/ORSE	Carga e descarga de tubo PVC DeFoFo DN 300mm	m	2300,00	1,34	3.082,00
2.12	5304/ORSE	Assentamento de tubos PVC DeFoFo DN 300mm	m	2300,00	5,82	13.386,00
2.13	5277/ORSE	Assentamento de cruzeta PVC DeFoFo DN 200mm	und	1,00	4,34	4,34
2.14	5277/ORSE	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 200mm	und	2,00	4,34	8,68
2.15	5232/ORSE	Assentamento de Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	und	1,00	1,82	1,82
2.16	5278/ORSE	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 250mm	und	1,00	4,83	4,83
2.17	5278/ORSE	Assentamento de curva 90º PVC DeFoFo DN 250mm	und	2,00	4,83	9,66
2.18	5278/ORSE	Assentamento de Redução concêntrica DN 250x200mm	und	1,00	4,83	4,83
2.19	5232/ORSE	Assentamento de Cap PVC PBA DN 75mm	und	2,00	1,82	3,64
2.20	5277/ORSE	Assentamento de Tê redutor com bolsas PVC DeFoFo 200x75mm	und	1,00	4,34	4,34
2.21	6098/ORSE+2829/ORSE	Cadastro e teste de rede	m	4800,00	1,86	8.928,00
2.22	COMPOSIÇÃO CASAL	Ligações domiciliares	und	200,00	90,00	18.000,00
2.23	74209/001 SINAPI	Placa de obra em chapa de aço galvanizado, instalada	m ²	6,00	387,07	2.322,42
2.24	72897 + 72900 SINAPI	Bota fora	m ³	1173,95	16,27	19.100,17
Sub Total II						253.394,18
III		MATERIAIS				
3.1	9829/SINAPI	Tubos de PVC Defofo DN 200 mm	m	2500,00	120,00	300.000,00
3.2	9827/SINAPI	Tubos de PVC Defofo DN 300 mm	m	2300,00	247,00	568.100,00
3.3	COTAÇÃO	Cruzeta PVC DeFoFo DN 200mm	und	1,00	381,07	381,07
3.4	COTAÇÃO	Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 200mm	und	2,00	262,20	524,40
3.5	5666/ORSE	Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	und	1,00	51,51	51,51
3.6	COTAÇÃO	Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 250mm	und	1,00	487,73	487,73
3.7	COTAÇÃO	Curva 90º PVC DeFoFo DN 200mm	und	2,00	316,64	633,28
3.8	COTAÇÃO	Redução concêntrica DN 250x200mm	und	1,00	309,97	309,97
3.9	533/ORSE	Cap PVC PBA DN 75mm	und	2,00	15,08	30,16
3.10	5707/ORSE	Tê redutor com bolsas PVC DeFoFo 200x75mm	und	1,00	264,43	264,43
Sub Total III						870.782,55
TOTAL						1.180.385,57

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS (CASA)

Antonio Valler Barros Junior
Enge Civil
R. A. DE 38.457

Edmilson Pereira
Gerente de GEUR/SUJUR
OAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ANEXO II
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
AO CONTRATO Nº 05/2018

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
I	INSTALAÇÃO DA OBRA							
1.1	Mobilização da Obra	56.208,84	17,00%	16,50%	16,50%	16,50%	16,50%	17,00%
			9.555,50	9.274,46	9.274,46	9.274,46	9.274,46	9.555,50
II	SERVIÇOS							
2.1	Locação de eixo p/ rede de água	6.672,00	50%	50%				
			3.336,00	3.336,00				
2.2	Sinalização sem iluminação	11.616,00	17%	17%	17%	17%	17%	17%
			1.936,00	1.936,00	1.936,00	1.936,00	1.936,00	1.936,00
2.3	Retirada e reposição de pavimento na calçada	82.447,85	15%	15%	15%	15%	15%	25%
			12.367,18	12.367,18	12.367,18	12.367,18	12.367,18	20.611,96
2.4	Retirada e reposição de pavimento em asfalto	15.127,56	17,00%	16,50%	16,50%	16,50%	16,50%	17,00%
			2.571,69	2.496,05	2.496,05	2.496,05	2.496,05	2.571,69
2.5	Fornecimento e aplicação de brita corrida	3.877,99		25%	25%	25%	25%	
				969,50	969,50	969,50	969,50	
2.6	Escavação mecanizada de valas	16.524,96	20%	20%	20%	20%	20%	
			3.304,99	3.304,99	3.304,99	3.304,99	3.304,99	
2.7	Reaterro apiloado manualmente	15.914,09	10%	10%	20%	20%	20%	20%
			1.591,41	1.591,41	3.182,82	3.182,82	3.182,82	3.182,82
2.8	Colchão de areia	21.303,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			2.130,30	4.260,60	4.260,60	4.260,60	4.260,60	2.130,30
2.9	Carga e descarga de tubo PVC DeFoFo DN 200mm	2.225,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			222,50	445,00	445,00	445,00	445,00	222,50
2.10	Assentamento de tubos PVC DeFoFo DN 200mm	12.825,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			1.282,50	2.565,00	2.565,00	2.565,00	2.565,00	1.282,50

10/01/2018 14:04:20 (L.A.)

Antonio Valler Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EZMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
CAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

2.11	Carga e descarga de tubo PVC DeFoFo DN 300mm	3.082,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			308,20	616,40	616,40	616,40	616,40	308,20
2.12	Assentamento de tubos PVC DeFoFo DN 300mm	13.386,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			1.338,60	2.677,20	2.677,20	2.677,20	2.677,20	1.338,60
2.13	Assentamento de cruzeta PVC DeFoFo DN 200mm	4,34					100%	
							4,34	
2.14	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 200mm	8,68					100%	
							8,68	
2.15	Assentamento de Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	1,82					100%	
							1,82	
2.16	Assentamento de Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 250mm	4,83					100%	
							4,83	
2.17	Assentamento de curva 90º PVC DeFoFo DN 250mm	9,66					100%	
							9,66	
2.18	Assentamento de Redução concêntrica DN 250x200mm	4,83					100%	
							4,83	
2.19	Assentamento de Cap PVC PBA DN 75mm	3,64					100%	
							3,64	
2.20	Assentamento de Tê redutor com bolsas PVC DeFoFo 200x75mm	4,34					100%	
							4,34	
2.21	Cadastro e teste de rede	8.928,00	10%	20%	20%	20%	20%	10%
			892,80	1.785,60	1.785,60	1.785,60	1.785,60	892,80
2.22	Ligações domiciliares	18.000,00			25%	25%	25%	25%
					4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
2.23	Placa de obra em chapa de aço galvanizado, instalada	2.322,42	100%					
			2.322,42					

CONTRATO Nº 29/2016 (I.A.)

Antônio Valter Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
OAB/AL Nº 2051



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

2.24	Bota fora	19.100,17						50%	50%
								9.550,09	9.550,09
III	MATERIAIS								
3.1	Tubos de PVC Defofo DN 200 mm	300.000,00	10%	20%	20%	20%		20%	10%
			30.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00		60.000,00	30.000,00
3.2	Tubos de PVC Defofo DN 300 mm	568.100,00	15%	15%	20%	20%		20%	10%
			85.215,00	85.215,00	113.620,00	113.620,00		113.620,00	56.810,00
3.3	Cruzeta PVC DeFoFo DN 200mm	381,07						100%	
								381,07	
3.4	Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 200mm	524,40						100%	
								524,40	
3.5	Tê com bolsas PVC PBA DN 75mm	51,51						100%	
								51,51	
3.6	Tê com bolsas PVC DeFoFo DN 250mm	487,73						100%	
								487,73	
3.7	Curva 90º PVC DeFoFo DN 200mm	633,28						100%	
								633,28	
3.8	Redução concêntrica DN 250x200mm	309,97						100%	
								309,97	
3.9	Cap PVC PBA DN 75mm	30,16						100%	
								30,16	
3.10	Tê redutor com bolsas PVC DeFoFo 200x75mm	264,43						100%	
								264,43	
	FATURAMENTO DA OBRA	1.180.385,57							
			158.375,09	192.840,38	224.000,79	224.000,79		236.275,57	144.892,95

Antonio Vander Barros Junior
Engº Civil
CREA-PE 38.457

EDMILSON PEREIRA
Gerente de GEJUR/SUJUR
CAB/AL Nº 2051